

PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA DE PESSOA
JURÍDICA PARA FAZER A REVISÃO DO PLANO DE GESTÃO DA RESERVA DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO**

Setor/Órgão/UC Secretária de Estado do Meio Ambiente do Amazonas – SEMA-
AM/RDS do Rio Negro

Manaus - AM, julho de 2021.

TERMO DE REFERENCIA PARA A REVISÃO DO PLANO DE GESTÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO NEGRO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 Dados gerais da unidade

- Categoria: Uso sustentável;
- Nome da unidade: Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro;
- Órgão responsável: Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA
- Estado: Amazonas;
- Municípios que abrangem a unidade: Manacapuru, Iranduba e Novo Airão;
- Área da unidade: 102.978,83 ha.

2. CONTEXTO

2.1. Breve histórico

A RDS do Rio Negro foi criada em 26 de dezembro de 2008 (Lei Estadual nº 3.355/2008) a partir do desmembramento da Área de Proteção Ambiental da Margem Direita do Rio Negro (setor Paduari Solimões), com objetivo de conservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o saber e as técnicas de manejo dos recursos naturais e do ambiente, desenvolvido pelas comunidades tradicionais.

Sua criação foi uma iniciativa do Poder Público, aliado às manifestações de um grupo de moradores da UC, preocupados com a pressão do desmatamento em função da construção da ponte sobre o Rio Negro, denominada Jornalista Phelippe Daou que liga Manaus ao município de Iranduba, facilitando o acesso pela estrada AM-352.

Neste sentido, considerando o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC (Lei N.º 9.985 de 18 de julho de 2000), a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Negro, é uma Unidade de Uso Sustentável, cujo objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais e segundo o Art. 21 da Lei Complementar n.º53/2007, *é uma área natural que abriga comunidades tradicionais, cuja existência se baseia em sistemas sustentáveis de utilização dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais, e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.*

Esta UC possui uma área total de 102.978,83ha e localiza-se na margem direita do Rio Negro, microrregião do médio Amazonas, baixo Rio Negro, abrangendo os municípios de Iranduba (80%), Novo Airão (16%) e Manacapuru (4%). A RDS faz parte do Corredor Ecológico da Amazônia Central e integra o Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro (Figura 01).

A população da Unidade distribui-se ao longo do Rio Negro e no lado de acesso pelas rodovias AM-070 e AM-352. No acesso pelo rio, estão os moradores de 19 comunidades, abrangendo 791 famílias, das quais a maioria foi formada nas décadas de 1980 e 1990.

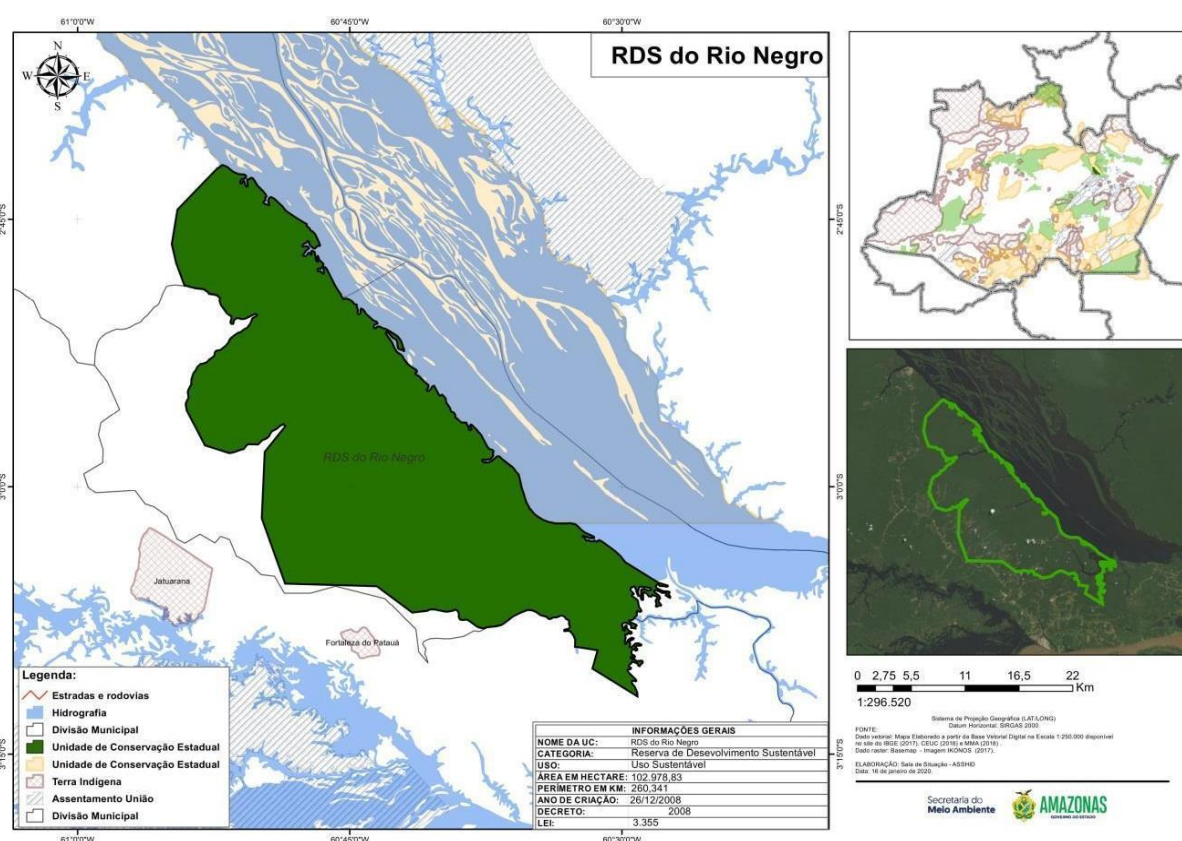


Figura 01. Mapa de Localização da RDS do Rio Negro.

A RDS do Rio Negro está sob a gestão da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação - DEMUC, e é administrada pela Associação das Comunidades Sustentáveis do Rio Negro - ACS.

2.2 Origem do Nome

O nome da Unidade de Conservação está relacionado ao rio em que está localizado: o Rio Negro, cujo as águas são de coloração escura.

2.3 Características

A RDS Rio Negro tem grande importância no que tange à conservação da biodiversidade dos ecossistemas Amazônicos, à manutenção da qualidade de vida das comunidades tradicionais e principalmente à potencialidade de uso para o desenvolvimento sustentável de suas populações tradicionais, em especial com a geração de renda, neste sentido estão apresentados abaixo as principais características desta unidade:

2.3.1 Fauna: A RDS do Rio Negro possui uma rica fauna, com a presença de animais raros, de grande beleza cênica, ameaçados de extinção e para a alimentação humana. A unidade apresenta em seus diversos ambientes aquáticos (porções de rio, praias, remansos, lagos e igarapés) 764 espécies de peixes. A avifauna encontrada nos limites da RDS é representativa da margem direita do Rio com 572 espécies. Na unidade foram registradas 55 espécies de sapos, 28 espécies de lagartos e 48 espécies de serpentes. Na região de abrangência da RDS do Rio Negro 12 espécies de bichos de casco, 4 espécies de jacaré e 49 espécies de mamíferos.

2.3.2 Flora: A área da RDS do Rio Negro possui variados tipos de floresta, promovendo uma grande riqueza de espécies vegetais. Cito a Floresta de Terra Firme que possui árvores de grande porte (30 a 50 m de altura) como a castanha-do-Brasil. Além da presença de palmeiras, tais como babaçu e o açaí. Este tipo de floresta compõe a maior parte da área da RDS (89%). A Unidade também apresenta vegetação secundária (Capoeira) que possuem uma vegetação mais aberta, com árvores mais baixas que uma floresta natural e estão como o segundo ambiente mais representativo, com 8% da área da Reserva. Apresentam ainda, as campinas que correspondem a 1,8% da RDS. São pouquíssimas regiões da bacia do Rio Negro que possuem este tipo de vegetação, por isso é de grande importância conservar esses ambientes naturais. Na área da RDS, este tipo de ambiente vem sofrendo constantemente com a abertura de ramais e desmatamento.

2.3.3 Acesso: O acesso para RDS do Rio Negro se dá pelo rio através de lancha (voadeira) ou barco recreio, partindo de Manaus, no porto São Raimundo ou Manaus Moderna em direção à Novo Airão através do rio Negro. O tempo previsto para chegar nas comunidades da região norte da UC, que estão mais afastadas de Manaus, é 6 horas de barco de linha e 3 horas de voadeira (motor 40hp) ou 1h e 30 min. (motor 115hp). Outro meio de acesso é pela estrada partindo de carro pela estrada AM-070 (trecho

Manaus-Manacapuru) e AM-352 (trecho Manacapuru-Novo Airão), totalizando aproximadamente 2 horas de viagem. Existem também muitos ramais que dão acesso à UC, mas a infraestrutura deles não apresenta bom estado para o tráfego de veículos.

2.3.4 Infraestrutura: Todas as comunidades da RDS do Rio Negro possuem poço artesiano. Das 19 comunidades da RDS, 16 possuem energia elétrica, através do Programa Federal “Luz para Todos”. O principal meio de comunicação na unidade é o uso de telefone celular rural, a internet rural via satélite e os telefones móveis comuns também possuem sinal em alguns locais da RDS.

2.3.5 Economia: As comunidades tradicionais na RDS do Rio Negro têm como principais atividades a agricultura, manejo florestal madeireiro e a pesca. Além disso, existe um grande potencial para o turismo que é desenvolvido em base comunitária por empreendimentos locais de cinco comunidades. A agricultura é realizada em áreas de terra firme o ano todo. Nessas áreas, as famílias utilizam o sistema de rodízio de roçados, onde a terra descansa por três ou quatro anos para recuperação da qualidade/fertilidade do solo quando poderá ser novamente utilizada.

2.3.6 Características Sociais: A RDS do Rio Negro é composta por 19 comunidades, organizadas geograficamente em três polos, que contam com escolas, na maioria das comunidades, atendendo desde a Educação Infantil até todos os níveis de ensino Fundamental, Médio e o EJA. Apenas uma comunidade da RDS possui posto de saúde (Nossa Senhora do Perpétuo Socorro). No entanto, todas são atendidas por agentes de saúde que fazem visitas periódicas às casas das famílias, para prevenção de doenças.

2.4 Histórico Jurídico: A Lei N.º 3.355 de 26 de dezembro de 2008 cria a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro, cujo objetivo básico é preservar a natureza, bem como assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e manejo dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais. Além de valorizar, conservar e aperfeiçoar o saber e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por essas populações.

A Portaria N.º 254, de 22 de novembro de 2010 cria o Conselho Gestor de natureza deliberativa da unidade, ou seja, auxilia o órgão gestor nas decisões relacionadas à RDS do Rio Negro, sua composição conta com representantes de órgãos públicos, das populações tradicionais e da sociedade civil organizada distribuída em 30 cadeiras.

A Portaria Nº. 45, de 05 de maio de 2017, aprova o Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) do Rio Negro com o objetivo de orientar a gestão e promover o manejo dos recursos naturais da Unidade de Conservação.

3. JUSTIFICATIVA

Segundo o disposto na Lei Nº. 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), dentre os principais instrumentos de gestão de Unidades de Conservação (UCs) está o plano manejo, que se configura como um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Considerando que nos últimos anos a RDS do Rio Negro sofreu um intenso processo de ocupação por loteamentos irregulares, não respeitando as diretrizes de uso e ocupação definidas no Plano de Gestão, apresentando-se, portanto, defasado. O Zoneamento elaborado não tem compreendido a dinâmica de crescimento, em especial pela questão fundiária.

Considerando as zonas de uso conflitivo da RDS, representadas pelos ramais localizados na parte oeste da Unidade, abertos após sua criação em 2008 de forma irregular, os quais têm gerado conflitos com os comunitários devido ao uso indiscriminado da floresta e à realização de práticas ilegais, como venda de terrenos, extração madeireira e desmatamento.

Considerando que está previsto no Plano de Gestão da RDS do Rio Negro a recategorização dessas zonas dentro de 5 anos após sua aprovação ou ainda antes da revisão do referido plano, tendo em vista retornar a sua função original por meio da recuperação da área e mediação de conflito. Faz-se necessária a revisão do zoneamento em vigor, no sentido de dotar a unidade com instrumento adequado para monitoramento, minimizando os problemas relacionados à gestão dessa unidade.

Considerando ainda, que o perfil socioeconômico da região se modificou junto a ocorrência de invasões, é imprescindível atualizar, com base em dados primários e levantamento de campo, indicadores como faixa etária, gênero, renda, escolaridade e ocupação. Bem como, apontar a distribuição rural/urbana e os fluxos migratórios, levando em conta a dinâmica populacional na região.

Desta forma, embasado no arcabouço legal e no intuito de garantir a gestão

efetiva desta Unidade de Conservação, e de modo a possibilitar que os objetivos pelos quais esta UC foi criada possam ser alcançados, se faz necessária a revisão do plano de Gestão da RDS do Rio Negro, buscando otimizar as condições ambientais e a preservação do patrimônio biológico existente, assim como assegurar às populações local e entorno sobre o uso sustentável dos recursos de forma racional e o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis.

4. OBJETIVO

Executar a revisão e atualização de dados, informações, diagnósticos, zoneamentos, regras de uso, programas e medidas de gestão do Plano de Gestão da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Negro, que abrange os municípios de Manacapuru, Iranduba e Novo Airão.

4.1. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a) Avaliar as atividades previstas e executadas na versão original do Plano de Gestão;
- b) Atualizar dados socioeconômicos e fundiários da UC e seu entorno;
- c) Diagnosticar as fragilidades e potencialidades da UC e seu entorno;
- d) Registrar a dinâmica de expansão, evasão e “entrada, introdução” dos núcleos populacionais e das mudanças de uso e ocupação do solo da UC e seu entorno;
- e) Revisar o zoneamento e regras de uso, bem como criar regras de uso territoriais para ramais da UC e seu entorno;
- f) Atualização de programas de geração de renda previsto no Plano de Gestão em vigor da UC e seu entorno;
- g) Avaliar os impactos causados pela extração ilegal de madeiras, pesca ilegal e narcotráfico na UC e seu entorno;
- h) Fornecer relatórios parciais das atividades realizadas;
- i) Disponibilizar relatórios em mídia digital e impressa;
- j) Fornecer os registros fotográficos das atividades e eventos, e;
- k) Fornecer a base geográfica digital (*shapefiles*) e os registros fotográficos das atividades e eventos.

5. ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO

Os serviços de consultoria objeto deste Termo de Referência (TdR) seguirão as orientações da SEMA-AM, e as metodologias e estratégias apresentadas no roteiro metodológico disponíveis para Elaboração e Revisão de Planos de Gestão de Unidades de Conservação Estadual do Amazonas. Todos os produtos serão supervisionados e aprovados pela SEMA-AM.

Além dos estudos demandados, a revisão e atualização de dados, informações, programas e medidas de gestão do Plano de Gestão da RDS Rio Negro deverá considerar os estudos e documentos já existentes sobre a referida UC.

Os técnicos da SEMA-AM deverão, sempre que possível, participar das atividades de levantamentos e processamento das informações buscando proporcionar maior envolvimento da equipe com as metodologias e resultados desta consultoria, para fins de monitoramento e avaliações futuras dos documentos.

Também para fins de operacionalização logística, a CONTRATADA, deve atentar para o período de sazonalidade de cheia e vazante dos rios no que tange o acesso as populações, comunidades, setores e áreas estratégicas dessa região. Sugerimos que as atividades de campo sejam realizadas no período, que compreende de junho a novembro.

A CONTRATADA deverá apresentar os produtos em versão preliminar, em formato digital, para análise da SEMA-AM. Caso o produto ainda não se apresente satisfatório para a aprovação pela referida equipe, a CONTRATADA deverá proceder às alterações até que o produto atenda às exigências solicitadas, chegando à versão final, que deverá ser entregue em formato digital e impresso, conforme especificação dos produtos. A SEMA poderá solicitar até no máximo duas revisões de cada produto entregue, com prazo de retorno a contratada de até dez dias. O pagamento pelos produtos será realizado após sua aprovação.

A CONTRATADA deverá se deslocar, conforme programação a ser estabelecida no plano de trabalho, à sede da Unidade de Conservação objeto da consultoria, localizada em Novo Airão e à sede da SEMA-AM em Manaus-AM.

Para elaboração da agenda de campo, a CONTRATADA deverá planejar a logística das atividades, considerando o prazo de mobilização social para operacionalização das reuniões comunitárias, bem como, as distâncias. A locação de espaços para as reuniões com os comunitários não será necessária, pois as comunidades disponibilizarão espaço para o acontecimento das mesmas.

Para as atividades de coleta de campo para fins biológicos, ecológicos, socioeconômico e de planejamento estratégico, deverá ser constituída agenda de trabalho com prazos estipulados e autorização prévia do Órgão Gestor.

A concepção metodológica a ser desenvolvida no TdR incorpora o princípio inicial de envolvimento dos participantes em sua realidade, considerando seu modo de vida, vias de acesso e atividades econômicas dos personagens envolvidos no processo e comprometimento de participação consciente o suficiente para observar as questões sociais, políticas, ética e de cidadania de sua região.

Para que as lideranças possam participar ativamente da Oficina de Planejamento Participativo - OPP (que implica em tomada de decisão, cumprimento de regras estabelecidas, respeitando as falas, ideias, conhecimento) se faz necessário que estejam instrumentalizadas e conscientes sobre o seu papel enquanto agente participativo, capaz de se manifestar e descrever sobre a realidade em que vivem.

Os primeiros passos para a revisão do Plano de Gestão da RDS do Rio Negro é munir os participantes das comunidades com as informações pertinentes e existentes em cada comunidade e na região da sede municipal, deve considerar ainda que a RDS do Rio Negro também abrange o Município de Manacapuru e Iranduba.

Solicitar autorização para utilização de falas, imagens e informações dos atores envolvidos no processo de revisão do Plano de Gestão da RDS do Rio Negro.

7. ATIVIDADES PROPOSTAS

As atividades relacionadas à revisão do Plano de Gestão da RDS do Rio Negro serão desdobradas em cinco etapas, conforme consta abaixo:

ETAPA 1 – Organização do Plano de Trabalho

Participação de um representante da CONTRATADA em Reunião de Organização do Planejamento, com duração de 02 dias, na cidade de Manaus/AM, para apresentação do Plano de Trabalho objeto deste Termo de Referência para a SEMA-AM, em até 15 dias após a assinatura do contrato.

Nesta Reunião serão definidas e niveladas, as estratégias e metodologias, logísticas e cronograma das etapas de revisão do Plano de Gestão, a ser incluído em um cronograma detalhado, conforme modelo a ser disponibilizado pela CONTRATADA. Nessa fase será disponibilizado à CONTRATADA o banco de dados de informações

sobre a UC, de posse da SEMA-AM, além das referências legais, técnicas e metodológicas que nortearão a revisão do Plano de Gestão.

Produto 1: Plano de Trabalho contendo o Cronograma Detalhado, que definirá as atividades, responsáveis, equipe envolvida, cronograma físico e insumos necessários, em formato digital.

ETAPA 2 - Versão preliminar da atualização do diagnóstico Socioeconômico, cadeias produtivas, zoneamento, regras de uso, programas de gestão e atualização dos dados fundiários em forma digital.

Sistematização e análise das informações disponíveis.

A revisão do plano de gestão requer buscar, sistematizar e analisar dados pré-existentes sobre o meio físico, biótico, socioeconômico, fundiário, pesquisa, uso público – Volume I; Zoneamento, regras de uso e programas de gestão – Volume II, relacionados ao Plano de Gestão vigente, e demais dados e informações oficiais, seguindo o Roteiro Metodológico de Elaboração de Planos de Gestão da SEMA. Esse documento será à base do Diagnóstico para a atualização das informações do Plano de Gestão da UC, a qual será elaborado segundo definição na Etapa 1 – Plano de Trabalho, com a identificação do material relevante aos planejamentos, e as respectivas lacunas de informação.

Todas as referências utilizadas deverão ser disponibilizadas em um banco de informações que acompanharão o Diagnóstico preliminar.

Levantamento de campo

Com base no diagnóstico apresentado na sistematização de dados secundários, a CONTRATADA realizará as atividades de campo conforme metodologias apresentadas no Produto 1 e seguindo as orientações discriminadas abaixo para atividades de coleta de dados primários.

Para este levantamento e reuniões em campo será realizada uma incursão à área da UC juntamente com a equipe da CONTRATADA e da equipe gestora da UC. Este levantamento terá duração em média de 20 dias, tem por objetivo obtenção de dados primários em campo (socioeconômicos, cadeias produtivas fundiários, pesquisa, uso público, zoneamento, regras de uso e programas de gestão) e o conhecimento da situação local, cabendo à CONTRATADA elaborar e realizar consultas/entrevistas

participativas e colaborativas junto com os moradores, bem como, demais usuários que se relacionam direta e indiretamente com a RDS do Rio Negro e seu entorno.

A CONTRATADA fará incursão à Unidade de Conservação uma única vez para realização desta etapa. Para a logística necessária, a SEMA disponibilizará 01 (um) transporte terrestre e 1 (um) transporte fluvial.

Conduzir **4 reuniões presenciais abertas em áreas estratégicas**, envolvendo 19 comunidades por acesso fluvial e 19 ramais por acesso terrestre e também deverão ocorrer nas comunidades do entorno da RDS do Rio Negro. O local para realização destas reuniões será disponibilizado pelas comunidades, sem a necessidade de locação de espaço por parte da CONTRATADA. Deverão envolver os principais grupos sociais, como: instituições públicas e privadas, organizações não-governamentais, pesquisadores, usuários da UC, lideranças locais, entre outros. Tem como objetivo informar/divulgar os trabalhos e coletar dados para a revisão do Plano de Gestão, com o possível preenchimento de lacunas identificadas no diagnóstico preliminar e levantamento de informações adicionais.

Nas Reuniões serão realizados levantamento/atualização de informações sobre a UC junto à sociedade, identificadas expectativas, avaliadas sua visão em relação a RDS, bem como, identificar possíveis participantes da Oficina de Planejamento Participativo (OPP).

Durante as reuniões serão empregados distintos recursos e métodos participativos que possibilitem conhecer as características da população, o modo de produção local, a relação das comunidades com a natureza e suas expectativas em relação à RDS do Rio Negro, bem como levantamento dos conflitos existentes na UC. Para nortear as discussões com a população, é interessante conhecer o uso que estas fazem do espaço e dos recursos naturais, qual a sua relação com a RDS, identificando-se as potencialidades, fragilidades e limitações existentes.

A CONTRATADA deverá iniciar de forma participativa a elaboração do **Modelo Conceitual** da UC com base nos *Padrões Abertos para a Prática da Conservação*, (Alvos de Conservação, Serviços Ecosistêmicos, Alvos de Bem Estar Social e Ameaças) e apresentar com base no método, os conceitos, graus de interferência, tabelas e outras facetas dos métodos que possam levar o grupo a refletir sobre o que se pretende alcançar para consolidação da UC de acordo com seus objetivos.

Levantamento socioeconômico

A atualização dos dados e informações sobre moradores da RDS do Rio Negro deverá abranger a identificação do quantitativo de população e análise socioeconômica integral. Para tanto, a SEMA-AM fornecerá um questionário padrão que poderá ser ajustado, caso necessário, pela CONTRATADA, com anuência da SEMA-AM.

Efetuar uma análise da situação de evolução do quantitativo populacional. Deve-se (re) identificar infraestrutura e instalações de apoio social, comunitário e econômico (escolas, postos de saúde, microagroindústrias) na UC e seu entorno.

Em decorrência da situação de emergência na saúde pública do Estado do Amazonas, em razão da disseminação do novo coronavírus (2019-nCoV), devem ser elaboradas diretrizes para adaptação ao contexto político-institucional e bio sanitário durante e pós calamidades públicas e a ocorrência de riscos e desastres socioambientais na RDS do Rio Negro. A partir disso, a CONTRATADA deve levantar informações censitárias sobre saneamento básico e índice de doenças infectocontagiosas e endêmicas nas comunidades da UC, assim como, as condições possíveis de disseminação de contaminações na UC. Ressalta-se que este levantamento faz parte do socioeconômico.

Outro aspecto a ser diagnosticado é o atual contexto de atuação das organizações associativas e lideranças comunitárias existentes nas comunidades da RDS do Rio Negro, e a relação entre as mesmas.

Caracterização da situação fundiária

A situação fundiária das áreas ocupadas por moradores, localizadas no interior e no entorno da UC, deve ser avaliada, assim como, a identificação das situações de conflito existentes ou potenciais na Reserva. Essas informações fazem parte do diagnóstico socioeconômico e serão necessárias verificações cartoriais. A CONTRATADA deverá levantar as seguintes informações referentes:

I – Glebas, verificando tamanho e percentual na RDS;

II – Ocupações irregulares e invasões;

III – Propriedades particulares (Títulos Definitivos, Títulos Provisórios e Termo de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU individuais);

IV – Termo de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU coletivo da RDS;

V – Limites municipais abrangidos pelo atual polígono da RDS;

VI – Sobreposições de Terras Indígenas e UC federais com a RDS do Rio Negro.

Levantamento das cadeias produtivas

Deverão ser mapeadas, reconhecidas e divulgadas as cadeias produtivas da sociobiodiversidade e os negócios verdes existentes na RDS do Rio Negro. Deverão ser apresentadas informações sobre as formas de uso dos recursos, cadeias produtivas e suas potencialidades (atividades, processos e relações de trabalho), dimensões (área explorada e renda gerada) e produtos ou serviços (agrícolas, pecuários, pesca ou turísticos) gerados da sociobiodiversidade.

Também deverão ser verificados os impactos ambientais diretos, perda no abate e transporte, extração de produtos não madeireiros e madeireiros. A verificação da existência de alternativas ambientalmente sustentáveis em cada região tendo em vista a substituição de práticas econômicas que gerem impactos negativos da RDS do Rio Negro.

Analisar a implementação de certificação ou selo de procedência, ou reconhecimento de indicação geográfica da RDS do Rio Negro, nos produtos e serviços já desenvolvidos ou que possam ser implementados no seu território.

Os dados coletados e levantados devem estar georreferenciados e sistematizados em banco de dados, devendo a referência espacial compor um sistema de informações geográficas na plataforma ArcInfo e operacionalizável em ArcView. O formato para a representação cartográfica será do IBGE. A escala de trabalho deverá ser a de 1.250.000, ou escala maior quando for necessário melhor detalhamento. O registro espacial dos dados e informações deverá ser compatível com a escala adotada, de modo a não haver impropriedade espacial de registro.

Diagnóstico das Atividades de Uso Público e Pesquisa

No Diagnóstico de Uso Público deverão ser caracterizadas as atividades potenciais ou já realizadas (mesmo que informalmente) referentes, bem como a infraestrutura e equipamentos de apoio já existentes ou propostos. Devem ser relacionadas às informações necessárias para o entendimento da dinâmica de visitação e sua evolução (acessos às UC, municípios de onde vem à demanda de visitação,

desenvolvimento do turismo no entorno, perfil do visitante, infraestrutura planejada caso exista, áreas com indicação de potencial para visitação e principais grupos de interesse). Com base nos levantamentos deverão ser identificadas as possíveis oportunidades e ameaças advindas das atividades econômicas ocorridas no entorno. Devem também ser consideradas as atividades de visitação que ocorrem no entorno ou nas cidades com maior potencial emissor de visitantes.

Ele deverá ser elaborado segundo o método ROVAP (Rol de Oportunidades para Visitação em Áreas Protegidas) e ser composto de forma a avaliar a viabilidade de sua implementação. Caso seja observado potencial de implementação, o diagnóstico deverá orientar a implementação gradual do uso Público na UC, apresentando a estrutura mínima necessária. O diagnóstico de uso público deve ser orientado aos usos permitidos para as diferentes categorias de Unidade de Conservação.

Com a utilização do ROVAP, identificar, caracterizar e analisar as áreas onde o uso público atual é informal, incipiente, desorganizado ou inexistente:

- Identificar os locais, dentro das UC, onde potenciais atividades de visitação serão propostas e seus atributos naturais, com descrição do meio físico onde estão inseridas e suas áreas de entorno.
- Descrever os prováveis impactos econômicos e ambientais do início ou incremento dessa visitação;
- Apontar formas de potencializar essas oportunidades através da identificação de nichos de mercado a serem explorados, buscando sempre minimizar os riscos para a conservação da Unidade.
- Sugerir um roteiro de turismo para os atrativos para RDS do Rio negro;
- Descrever a infraestrutura mínima necessária para a abertura de cada roteiro, com descrição das características do acesso ao atrativo.
- Sugerir temáticas a serem abordadas em cada roteiro.
- Sugerir programas ou negócios que possam ser desenvolvidos pelas UC por meio de delegação de serviços, através de autorizações, permissões e/ou concessões, priorizando, sempre que possível, a integração da comunidade local no processo de abertura do uso público da UC.

- Sugerir estratégias de monitoramento de cada roteiro/atividade quanto à qualidade da experiência dos visitantes e aos impactos ambientais de seu funcionamento.
- Elaborar mapas das UC em formato A4, A3 e A0 apresentando:

Todas as áreas de visitação identificadas, destacando:

 - ✓ Categoria de uso dos atrativos, conforme metodologia ROVAP;
 - ✓ Sazonalidade;
 - ✓ Condições de acesso.
- No mapa tamanho A0, indicar também o trajeto percorrido para os atrativos a partir do núcleo (s) urbano (s) mais próximo (s) e as distâncias entre cada atividade, além dos principais pontos da cadeia produtiva do turismo no entorno da UC.
- Os mapas e croquis deverão ser entregues também em meio digital, em arquivos abertos à edição.

Propor priorização da implementação do Programa de Uso Público (PUP), com base nas prioridades identificadas, a ser utilizada pela equipe das UC como ferramenta de planejamento a ser adaptada conforme as possibilidades que forem se apresentando.

Para o diagnóstico das Atividades de Pesquisa deverão ser levantados, sistematizados e analisados o quantitativo e a natureza dos projetos de pesquisa acadêmica, técnicos e privados planejados, executados ou em desenvolvimento na RDS do Rio Negro, com o objetivo de verificar o que já se possui de dados e informações científicas sobre a RDS e identificar lacunas de conhecimento científico que necessitam ser preenchidas e incentivadas.

Para tanto, também haverá necessidade de se analisar o quantitativo e qualidade das autorizações de pesquisa e visita técnica emitidas pela SEMA-AM, assim como, avaliados o número de pesquisadores, docentes, estudantes e demais usuários vinculados ao desenvolvimento de pesquisas, e qual o atual suporte operacional, técnico e de monitoramento existente na RDS do Rio Negro.

Zoneamento

Com base no Diagnóstico Preliminar a CONTRATADA deverá apresentar uma proposta de zoneamento para a UC, de forma integrada, devendo considerar a Ação

Civil Pública em andamento na RDS Rio Negro, após aprovação da SEMA-AM, servirá de base para a discussão na OPP, contemplando os seguintes itens:

- I. Promover a gestão da UC, orientado pelo conhecimento disponível e gerado;
- II. Estabelecer a diferenciação e intensidade de uso mediante zoneamento, visando a proteção de seus recursos naturais e culturais;
- III. Revisar e atualizar as zonas de uso das comunidades;
- IV. Revisar e atualizar as regras de uso dos recursos naturais;
- V. Ordenar atividades de uso público, de forma que fique garantida a conservação dos recursos naturais da UC, a sensibilização dos visitantes para com a natureza e o retorno de benefícios para as populações locais;
- VI. Integrar a UC com as populações e sua área de entorno;
- VII. Identificar fontes de recursos financeiros e orientar a aplicação dos mesmos na UC;
- VIII. Fortalecer a proteção da UC, através de um programa de proteção e vigilância;
- IX. Elaborar o Programa de Incentivo e Apoio à Pesquisa na RDS do Rio Negro;
- X. Estabelecer participativamente as regras de uso da UC

Caberá a CONTRATADA também verificar e qualificar as sobreposições territoriais e institucionais às Áreas Prioritárias para Conservação da Biodiversidade e Proteção do Patrimônio Espeleológico, Sítio Mundial do Patrimônio Natural da Humanidade, Corredor Central da Amazônia – CCA e demais corredores ecológicos, Mosaico de Áreas Protegidas, Geoparques, Reserva da Biosfera da Amazônia Central - RBAC, Sítios Ramsar, Áreas de Interesse de Conservação de Morcegos – AICOM e Aves – IBA, Sítios Arqueológicos e Espeleológicos, Terras Indígenas e Quilombolas, Assentamentos Rurais e UC federais e municipais, incluindo as Reservas Privadas (RPPN). Deverá ser realizada abordagem para cada terminologia, e consolidada Matriz de sistematização dos dados, contendo os valores de sobreposição territorial.

Programas de gestão

Após esse diagnóstico, a CONTRATADA deverá construir programa de gestão integrada específico que se relacione com os planos de ação dos Territórios

Institucionais sobrepostos.

Será obrigatório a CONTRATADA elaborar a atualização da Matriz de Planejamento sistematizada da RDS Rio Negro, contendo todos os programas de gestão, subprogramas, as atividades (medidas de gestão), meios de verificação (indicadores), Pré-Requisitos, Parceiros Institucionais e Prazos (contados em meses).

Produto 2: Versão preliminar da atualização do diagnóstico Socioeconômico, cadeias produtivas, zoneamento, regras de uso, programas de gestão e atualização dos dados fundiários em forma digital.

ETAPA 3 - Oficina de Planejamento Participativo - OPP

A CONTRATADA deverá conduzir, juntamente com a SEMA-AM, a Oficina de Planejamento Participativo, evento de 02 (dois) dias em 04 (quatro) polos da RDS do Rio Negro.

As diretrizes de planejamento serão trabalhadas de forma coletiva. Caberá à CONTRATADA fazer a mobilização das pessoas ou instituições e organizar e custear a reunião (transporte, alimentação, material de expediente e local da reunião).

Caberá a CONTRATADA disponibilizar e custear a participação de dois profissionais, um para moderar e relatar a OPP. É obrigação da CONTRATADA, também, custear as despesas do Coordenador Geral, que deverá estar presente. Na oficina deverá ser apresentada pela CONTRATADA o resumo do Diagnóstico preliminar da UC.

Em seguida, a oficina deverá ser orientada com base nas metodologias de *Padrões Abertos para a Prática da Conservação* (CMP, 2007) para o refinamento do **Modelo Conceitual** da RDS e respectivas análises estratégicas, de acordo com as orientações da SEMA-AM.

As propostas de zoneamento interno e das zonas de amortecimento da RDS serão trabalhadas a partir de ferramentas participativas, do diagnóstico e dos mapas situacionais já produzidos, que deverão ser entregues em formato digital em tamanho A3 e A0, e impressos em tamanho A0 para serem levados para a Oficina pela CONTRATADA.

Produto 3: Relatório da OPP e Versão Final do Diagnóstico da RDS do Rio Negro, em versão digital, devendo as informações geográficas na plataforma ArcInfo e operacionalizável em ArView e disponibilizado para a SEMA/AM.

ETAPA 4 – Versão preliminar da Revisão do Plano de Gestão e Apresentação ao Conselho Deliberativo da RDS Rio Negro

A CONTRATADA apresentará a versão consolidada da revisão do plano de gestão em uma reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da Unidade de Conservação com participação em média de 20 representantes do conselho.

A logística, mobilização, organização, deslocamento, hospedagem e alimentação dos conselheiros e equipe técnica da SEMA, para realização da reunião, será custeada por meio do Plano Operacional da Unidade.

Após a apresentação ao Conselho Deliberativo, a equipe SEMA-AM irá analisar as contribuições e indicar os ajustes necessários à CONTRATADA que realizará as alterações, pela equipe da SEMA, resultando na versão final da Revisão do Plano de Gestão versão atualizada.

A CONTRATADA deverá elaborar Relatório documentando com as análises, discussões e propostas levantadas na reunião do Conselho Deliberativo.

Produto 4: Relatório da Reunião de Apresentação da Revisão do Plano de Gestão da RDS para o Conselho Deliberativo em versão digital.

ETAPA 5 – Consolidação do produto final – Revisão do Plano de Gestão - juntamente com as contribuições do Conselho Deliberativo e da SEMA

Após a apresentação ao Conselho Deliberativo, a SEMA-AM irá analisar as contribuições e indicar os ajustes necessários à CONTRATADA que realizará as alterações, resultando na versão final da Revisão do Plano de Gestão versão atualizada.

A CONTRATADA deverá elaborar ainda um Relatório documentando e analisando todo o processo de revisão do Plano de Gestão da RDS Rio Negro registrando os problemas encontrados, as lições aprendidas e as recomendações correspondentes para melhoria do processo de planejamento e revisão do Plano de Gestão das Unidades de Conservação.

É de responsabilidade da CONTRATADA elaborar uma versão resumida e ilustrada em linguagem acessível às comunidades da RDS contendo as principais informações da revisão do plano.

Todos os documentos gerados neste Produto, deverão ser entregues, em formato digital e físico, para a SEMA-AM, contendo todas as informações atualizadas.

Produto 5: Versão final da Revisão do Plano de Gestão em formato digital aberto, e impressa em 02 cópias (e-mail ou *Pen Drive*); Relatório do processo de revisão do Plano de Gestão; Versão resumida ilustrada em linguagem acessível às comunidades da RDS em versão digital aberta e impressa (duas cópias); entrega da base cartográfica digital no formato *Shapefile*

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO

Todos os produtos intermediários e os produtos finais deverão ser escritos em língua portuguesa e entregues em sua versão final por meio digital (*Pendrive*), gravados no formato adobe PDF, assim como 01 (uma) via original, impressa em qualidade “*Laserprint*” ou similar, em papel formato A4, de acordo com as Normas Brasileiras (ABNT), com exceção dos mapas, desenhos e gráficos, em que poderão ser utilizados outros formatos para sua perfeita compreensão.

A formatação dos documentos, tanto na versão preliminar, como na final, deverá observar as seguintes características:

- Programa: Word;
- Texto: ARIAL 12, justificado;
- Páginas numeradas;
- Numeração dos itens: algarismos arábicos, negrito, separados por ponto (ex.: 1., 1.1., etc.);
- Tamanho A4 do papel;
- Margens da página: superior/inferior - 2 cm, esquerda - 3 cm, direita -2 cm
cabeçalho/rodapé: 1,6 cm;
- Sem recuo para indicar parágrafo, começando no início da margem esquerda;
- Espaço de uma linha entre parágrafos;
- Espaçamento de 1,5 linhas no documento preliminar e 1,0 linha (simples) na versão final.

Também devem ser seguidas as seguintes instruções durante a redação dos documentos finais e intermediários:

- Tabelas, quadros, croquis e quaisquer outras instruções deverão estar numerados e apresentar legendas e títulos completos e autoexplicativos.
- As siglas deverão ser explicadas somente na primeira vez em que forem citadas e deverá aparecer uma relação das siglas utilizadas no início do documento.
- As palavras em outros idiomas deverão vir em itálico.
- Nomes científicos também deverão estar em itálico, sem separação de sílabas, seguidos ou antecidos do nome popular da espécie em letras minúsculas, sem vírgula, sem parênteses. Caso se dispuser apenas do gênero, as abreviações sp. e spp. nunca virão em itálico e sempre serão minúsculas seguidas de ponto.
- Os nomes populares compostos deverão ter hífen sempre que justificado. Nomes populares estarão sempre em minúsculas.
- Autores e obras citadas deverão ser referidos apenas por iniciais maiúsculas, seguidos por vírgula e data.

Todo o material cartográfico deverá ser entregue em duas vias impressas e em meio digital, nos formatos mais apropriados para apresentação, discutidos e aprovados pela equipe de trabalho do SEMA - AM.

Todas as informações georreferenciadas (base de dados), bem como os mapas decorrentes, deverão ser construídos nos formatos ArcInfo, Arcview, ArcMap e Access, em conformidade com o modelo de dados do sistema de informações geográficas estruturado. Todos os dados produzidos deverão ser entregues no formato digital, em *pendrive* e impressos em 02 (duas) vias em papel. Todas as imagens utilizadas, incluindo as de satélite, deverão ser entregues georreferenciadas, juntamente com os seus arquivos de posicionamento cartográfico observando o DATUM usado no país.

Toda a base cartográfica digital, constituída ou adquirida, pela CONTRATADA no formato *Shapefile* deverá obrigatoriamente ser disponibilizada à SEMA-AM, no momento da entrega do produto final, assim como, os memoriais descritivos pertinentes.

A CONTRATADA deverá encaminhar uma cópia de todos os produtos para o FUNBIO em meio digital (e-mail ou *Pendrive*), devidamente aprovados pela SEMA-AM.

10. CRONOGRAMA E FORMA DE PAGAMENTO

A duração total dos trabalhos para conclusão da revisão e atualização do Plano de Gestão da RDS do Rio Negro está estimada em no máximo 06 (seis) meses, mas é tolerada a conclusão antecipada. Este período total, ou outro de menor duração que pode ser apresentado pela CONTRATADA, deve estar organizado em um cronograma que indique o tempo de execução de cada uma das atividades propostas e número de dias, referidos do início do trabalho até a data em que serão entregues os produtos.

O pagamento da CONTRATADA será realizado de forma contínua e imediatamente à aprovação dos produtos requeridos no item 10, conforme descrito a seguir:

	Produtos	Valor (%)	Prazo (dias) – após assinatura do contrato
1	Produto 1: Plano de Trabalho contendo o Cronograma Detalhado, que definirá as atividades, responsáveis, equipe envolvida, cronograma físico e insumos necessários, em formato digital.	5	Até 15 dias
2	Produto 2: Versão preliminar da atualização do diagnóstico socioeconômico, cadeias produtivas, zoneamento, regras de uso, programas de gestão e atualização dos dados fundiários em formato digital.	30	Até 80 dias
3	Produto 3: Relatório da OPP e Versão Final do Diagnóstico da RDS do Rio Negro, em versão digital, devendo as informações geográficas na plataforma ArcInfo e operacionalizável em ArView e disponibilizado para a SEMA/AM.	15	Até 110 dias
4	Produto 4: Relatório da Reunião de Apresentação da Revisão do Plano de Gestão da RDS para o Conselho Deliberativo em versão digital.	10	Até 150 dias
5	Produto 5: Versão final da Revisão do Plano de Gestão em formato digital aberto, e impressa em 02 cópias (<i>e-mail</i> ou <i>Pen Drive</i>); Relatório do processo de revisão do Plano de Gestão; Versão resumida ilustrada em linguagem acessível às comunidades da RDS em versão digital aberta e	40	Até 180 dias

	impressa (duas cópias); entrega da base cartográfica digital no formato <i>Shapefile</i>		
--	--	--	--

Qualquer alteração no cronograma, após sua aprovação, dependerá de acordo entre as partes.

O presente contrato será celebrado pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, com recursos do Programa ARPA, após a aprovação deste Termo de Referência pelo Ponto Focal e pela Unidade de Coordenação do Programa – UCP, do Ministério do Meio Ambiente.

11. DADOS, SERVIÇOS LOCAIS, PESSOAL E INSTALAÇÃO PELO CLIENTE.

Todos os gastos com materiais de consumo, equipamentos, administração e pessoal necessário, correrão por conta da CONTRATADA e deverão fazer parte da sua proposta. Serão disponibilizados pela SEMA-AM mapas, croquis, logística e demais informações e apoio relevantes à área da RDS Rio Negro.

12. SUPERVISÃO

O acompanhamento e supervisão das atividades da consultoria em qualquer das etapas do trabalho estará a cargo da SEMA-AM. A CONTRATADA fornecerá à SEMA-AM todos os elementos necessários ao processo de acompanhamento e supervisão dos trabalhos executados para a elaboração do projeto. Será estabelecido na equipe de trabalho da SEMA-AM um interlocutor para interagir com a consultoria, que fará seus contatos através do mesmo ou de pessoas por esse interlocutor autorizadas.

A SEMA-AM e os financiadores terão pleno acesso a todas as informações sobre as atividades realizadas para a elaboração dos serviços deste termo de referência, mediante a prévia coordenação de suas ações e participações do interlocutor da equipe de trabalho com a consultoria. A CONTRATADA fica obrigada a fornecer dados, informações, sistemas informatizados, e todos e quaisquer elementos que integrem, ou seja, utilizados na realização dos serviços deste termo de referência.

A CONTRATADA realizará apresentações periódicas do andamento dos trabalhos

ou de documentos intermediários ou finais a SEMA-AM, sempre que assim solicitada. Os equipamentos e serviços necessários à preparação dessas apresentações, tais como serviços de digitação, elaboração de mapas temáticos e outros recursos similares serão de responsabilidade da CONTRATADA.

A avaliação técnica dos documentos preliminares e finais apresentados serão de responsabilidade da SEMA-AM. A CONTRATADA fornecerá informações complementares e considerará na reformulação dos documentos as solicitações e observações da equipe de trabalho. Essas solicitações de dados complementares e alterações devem ser efetuadas por escrito e somente poderão repetir-se para um mesmo documento, no caso de não atendimento do solicitado.

A aprovação final de cada produto descrito neste termo de referência é de responsabilidade e competência da equipe técnica da SEMA-AM e será realizada em até 10 dias úteis a contar da data de entrega, podendo solicitar informações complementares que julgarem necessárias para tomar sua decisão.

13. PRAZOS

A consultoria será realizada em até 180 dias, a contar da assinatura do contrato. O pagamento será feito em até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento, no Funbio, do documento de cobrança (nota fiscal, fatura) e do Termo de Recebimento e Aceite (documento emitido pelo beneficiário, responsável pelo recebimento e aceite, atestando que os serviços foram prestados em conformidade com as especificações solicitadas, quantidades e etapas se forem o caso). Os prazos de avaliação de cada produto por parte do órgão gestor, e da CONTRATADA, estão descritos no cronograma de desembolso.

13. OBRIGAÇÕES

13.1 Obrigações da CONTRATADA

A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos de deslocamento, mobilização para reuniões, hospedagem, alimentação e honorários de sua equipe até a capital Manaus, bem como os custos de permanência de sua equipe no período compreendido de execução do contrato. É de responsabilidade da CONTRATADA no que tange a elaboração dos Produtos 2 e 3, os custos com locação de espaços para as reuniões,

locação de embarcações para o levantamento dos dados, bem como a realização da Oficinas de Planejamento Participativo, itens individuais, e materiais e equipamentos para a realização das atividades.

A CONTRATADA fica obrigada a fornecer dados, informações, sistemas informatizados, e todos e quaisquer elementos que integrem, ou seja, utilizados na realização dos serviços deste TdR.

A CONTRATADA realizará apresentações periódicas do andamento dos trabalhos ou de documentos intermediários ou finais a SEMA-AM, sempre que assim solicitada. Os equipamentos e serviços necessários à preparação dessas apresentações, tais como serviços de digitação, elaboração de mapas temáticos e outros recursos similares serão de responsabilidade da CONTRATADA.

13.2 Obrigações da CONTRATANTE

Os mapas e o banco de dados de SIG e os estudos de análise das UC serão fornecidos pela SEMA-AM, sem prejuízo do andamento dos trabalhos, cabendo a contratada solicitar formalmente.

A CONTRATANTE arcará com todos os custos da logística de Manaus até a Unidade de Conservação (combustível, alimentação, hospedagem, bem como os custos de permanência de sua equipe no período compreendido de execução do contrato.

A avaliação técnica dos documentos preliminares e finais apresentados serão de responsabilidade da SEMA-AM.

A aprovação final de cada produto descrito neste termo de referência é de responsabilidade e competência da equipe técnica da SEMA-AM e será realizada em até 10 dias úteis da data de entrega, podendo solicitar informações complementares que julgarem necessárias para tomar sua decisão, em até no máximo duas revisões.

14. AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

14.1. Qualificação da Consultoria

A experiência da consultoria será comprovada mediante apresentação de atestados que comprovem sua experiência em planejamento ambiental (elaboração e revisão de planos de gestão de UC).

14.2. Qualificação da equipe profissional

A equipe da consultoria CONTRATADA deverá atender as seguintes qualificações:

Descrição do Perfil do Coordenador Geral: Formação acadêmica plena, preferencialmente na área das ciências ambientais ou da terra (biologia, ecologia, engenharia ambiental, engenharia florestal, agronomia, geografia ou afins) e com experiência em coordenação técnica na elaboração e revisão de planos de manejo (Gestão) de UC no Bioma Amazônico. Deverá coordenar tecnicamente os trabalhos de campo e de escritório, sistematizar os resultados, realizar a integração dos dados obtidos pelos estudos temáticos e ter conhecimentos das metodologias constantes no Macroprocesso. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves. Este profissional será o responsável pela qualidade e pela apresentação dos produtos objetos deste Termo de Referência.

Descrição do Perfil do Responsável pela elaboração e análises de Socioeconomia e Cadeias Produtivas: Formação acadêmica plena (sociologia, geografia, agrônomo, antropólogo, engenharia florestal, historiador ou outras afins) e que tenha treinamento e/ou experiência profissional com ênfase em estudos socioeconômicos e de cadeias produtivas em áreas naturais protegidas. Preferencialmente, ter experiência em projetos de campo no Bioma Amazônia. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé, ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves. Deverá realizar trabalhos de campo e de escritório para elaboração dos produtos objeto de contratação, sob sua responsabilidade, do edital.

Descrição do Perfil do Responsável pela elaboração e análises do Uso Público: Formação acadêmica plena (turismo, ecoturismo ou outras afins) e que tenha treinamento e/ou experiência profissional com ênfase em ecoturismo e/ou visitação em áreas naturais protegidas, para avaliar o potencial turístico e uso público das Unidades de Conservação. Preferencialmente, ter experiência com a metodologia ROVAP e as demais constantes no macroprocesso. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas,

incluindo deslocamentos a pé, ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves. Deverá realizar trabalhos de campo e de escritório para elaboração dos produtos objeto de contratação, sob sua responsabilidade, do edital.

Descrição do Perfil do Responsável pelas análises do Sistema de Informações

Geográficas: Formação acadêmica plena na área das ciências ambientais (geografia, biologia, engenharia ambiental, engenharia florestal ou afins) com conhecimento e experiência em Geoprocessamento, Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cartografia, para a caracterização e a geração dos produtos de mapas.

Descrição do Perfil do Responsável pela elaboração do diagnóstico da situação

fundiária e aspectos de ocupação do solo: Formação acadêmica plena na área das ciências ambientais e geológicas (geografia, biologia, engenharia ambiental, engenharia florestal ou afins) com conhecimento e experiência em Geoprocessamento, Sistema de Informação Geográfica (SIG) e Cartografia, para a caracterização e a geração dos produtos de mapas. O profissional deve ter experiência plena nas atividades de levantamento cartorial, da cadeia dominial e das características fundiárias de áreas protegidas naturais. O candidato deverá ter disponibilidade para viagens e ter condições de realizar atividades de campo em situações adversas, incluindo deslocamentos a pé ou embarcado, em diferentes tipos de veículos, barcos e aeronaves.

Descrição do Perfil do Moderador/ Facilitador:

Curso de formação em organização e moderação de oficinas. Experiência na organização e moderação de eventos participativos (consultas públicas, seminários, conselhos de UC etc.), preferencialmente na região amazônica. Deverá possuir conhecimento e/ou experiência com a metodologia dos Padrões Abertos para a Prática da Conservação. Esse profissional participará das atividades relacionadas à organização, mediação, relatoria e sistematização das oficinas participativas.

Todos os contratados deverão realizar pessoalmente os trabalhos (incluindo as fases de escritório e de campo) para os quais foram designados, sendo vedada a delegação total ou parcial de suas responsabilidades contratuais.

14.3. Qualificação do Plano de Trabalho

A análise do Plano de trabalho considerará a adequação da Proposta aos objetivos fixados no Termo de Referência, incluindo abordagem técnica, metodologia e cronograma.